

Cuidar de quem cuida: promoção da Vacinação nos Profissionais de Saúde, em Saúde Ocupacional

 rpso.pt/cuidar-de-quem-cuida-promocao-da-vacinacao-nos-profissionais-de-saude-em-saude-ocupacional/

2 de dezembro de 2022

Pastrana S, Serra I. Cuidar de quem cuida: promoção da Vacinação nos Profissionais de Saúde, em Saúde Ocupacional. Revista Portuguesa de Saúde Ocupacional Online. 2022, 14: esub0368. DOI: 10.31252/RPSO.03.12.2022

CARING FOR WHO CARES: PROMOTION OF VACCINATION IN HEALTHCARE PROFESSIONALS, IN OCCUPATIONAL HEALTH

Tipo de Artigo: Artigo Original

Autores: Pastrana S(1), Serra I(2).

RESUMO

Introdução

O atual contexto causado pela pandemia de COVID-19 realça de forma mais acentuada a importância da vacinação e do Programa Nacional de Vacinação, cujo cumprimento por parte dos profissionais de saúde é fundamental para a prevenção em contexto laboral.

Objetivos

Avaliar o conhecimento dos profissionais de saúde de um Agrupamento de Centros de Saúde do Sul de Portugal sobre o Serviço de Saúde Ocupacional e sobre a vacinação recomendada para os profissionais de saúde em Portugal.

Metodologia

Estudo descritivo, transversal, com recurso a uma metodologia quantitativa, realizado num processo de amostragem por conveniência. Amostra constituída por 176 profissionais de saúde em contexto dos Cuidados de Saúde Primários, de diferentes grupos profissionais, distribuídos pelas 18 unidades funcionais do mesmo Agrupamento de Centros de Saúde, de ambos os sexos. Os dados obtidos foram analisados com recurso ao programa informático Microsoft Excel.

Resultados

Participaram no estudo 176 indivíduos, predominantemente do sexo feminino (78,1%), prevalecendo a faixa etária compreendida entre os 30 e 50 anos (62,5%) e com maior percentagem do grau académico de Licenciatura (58,9%). O grupo profissional mais representado foi o de Enfermagem (56,2%), seguido dos Assistentes Operacionais (18,9%), Médicos (17,8%) e Técnicos de Superiores de Diagnóstico e Terapêutica (5,30%). A análise dos dados obtidos demonstra uma influência reduzida do Serviço de Saúde

Ocupacional numa área basilar, como é a promoção da vacinação dos profissionais de saúde. Dos inquiridos que responderam ter recebido formação e/ou informação, apenas 12,2 % refere tal ter acontecido em contexto de Saúde Ocupacional. Os resultados obtidos revelaram ainda um défice de conhecimento sobre a vacinação recomendada para os profissionais de saúde em Portugal e a falta de ações de formação e de campanhas de vacinação para profissionais de saúde, para além do contexto da pandemia de COVID-19. Os dados analisados revelaram níveis de conhecimento parcial ou comprometido em relação à vacinação recomendada para os profissionais de saúde, apesar da grande maioria (87%), afirmarem conhecer o programa recomendado.

Conclusões

O Agrupamento de Centros de Saúde em estudo apresenta número reduzido de recursos humanos adstritos ao Serviço de Saúde Ocupacional. Foi identificado um défice de conhecimentos sobre o plano de vacinação recomendado pela Direção Geral da Saúde para profissionais de saúde e uma taxa de adesão à vacinação abaixo dos indicadores preconizados. Assim, é imperativo promover o Serviço de Saúde Ocupacional e apostar neste recurso como vetor de promoção de literacia, nomeadamente em relação à vacinação recomendada para profissionais de saúde, em Portugal.

Palavras-chave: Saúde Ocupacional, Vacinação, Profissionais de Saúde.

ABSTRACT

Introduction

The current context caused by the COVID-19 pandemic highlights more sharply the importance of vaccination and the National Vaccination Program, whose compliance by health professionals is essential for prevention in the workplace.

Goals

To assess the knowledge of health professionals from a Group of Health Centers in the South of Portugal about the Occupational Health Service and the recommended vaccination for health professionals in Portugal.

Methodology

Descriptive, cross-sectional study, using a quantitative methodology, carried out in a convenience sampling process. The sample consisted of 176 health professionals in the context of Primary Health Care, from different professional groups, distributed across the 18 functional units of the same Group of Health Centers, of both sexes. The data obtained were analyzed using the computer program Microsoft Excel.

Results

A total of 176 individuals participated in the study, predominantly female (78.1%), prevailing the age group between 30 and 50 years (62.5%) and with a higher percentage of the academic degree of Licentiate (58.9%). The most represented professional group was Nursing (56.2%), followed by Operational Assistants (18,9%), Doctors (17,8%) and Superior Technicians of Diagnostic and Therapeutic (5,3%). The analysis of the data obtained shows a reduced influence of the Occupational Health Service in a fundamental area such as the promotion of vaccination of health professionals. Of those that responded that they had received training and/or information, only 12.2% reported that this had happened in the context of Occupational Health. The results obtained also revealed a lack of knowledge about the recommended vaccination for health professionals in Portugal and the lack of training actions and vaccination campaigns for health professionals, in addition to the context of the COVID-19 pandemic. The

analyzed data revealed levels of partial or compromised knowledge regarding the vaccination recommended for health professionals, despite the vast majority of (87%) claiming to know the recommended program.

Conclusions

The Group of Health Centers under study has a reduced number of human resources assigned to the Occupational Health Service. A lack of knowledge about the vaccination plan recommended by the General Directorate of Health for these professionals and a rate of adherence to vaccination below the recommended indicators was identified. Therefore, it is imperative to promote the Occupational Health Service and invest in this resource as a vector for promoting literacy, namely in relation to vaccination recommended for these professionals in Portugal.

Keywords: Occupational Health, Vaccination, Health Professionals.

INTRODUÇÃO

A reforma dos Cuidados de Saúde Primários (CSP), em Portugal, a partir de 2006, teve o objetivo principal de otimizar os CSP melhorando o acesso aos mesmos, de forma a melhorar o desempenho e a eficiência do Sistema Nacional de Saúde (SNS). Com esta reorganização foram criados Agrupamentos de Centros de Saúde (ACeS), constituídos por unidades funcionais de saúde com gestão técnica-assistencial autónoma, nomeadamente Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP), Unidades de Cuidados à Comunidade (UCC), Unidades de Saúde Familiar (USF) e Unidades de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP)(1).

Em contexto de trabalho, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 9% das mortes anuais são causadas por doenças transmissíveis(2), pelo que a prevenção das doenças através de vacinação torna-se fundamental. Assim, torna-se prioritário investir em recursos para promover a saúde ocupacional e fomentar programas de intervenção visando o bem-estar dos profissionais.

O recente contexto provocado pela pandemia de COVID-19 realça de forma mais acentuada a importância da vacinação e respetivo Programa Nacional (PNV), identificando a necessidade do seu cumprimento pelos profissionais de saúde.

As vacinas consideradas como fortemente recomendadas para os profissionais de saúde em Portugal (e descritas no PNV) são a Vacina contra o Tétano e Difteria (Td), Sarampo e Rubéola (VASPR), Hepatite B (VHB) e Poliomielite (VAP)- esta última para profissionais de saúde que desempenhem funções em laboratórios e outros locais considerados de risco (3), tal como alguns países de África e da zona sul-oriental asiática como Afeganistão e Paquistão(4). Fora do PNV, a Direção Geral da Saúde (DGS) recomenda aos profissionais de saúde a vacina contra a gripe sazonal e, no atual contexto pandémico, contra a Covid 19. Esta foi uma oportunidade para avaliar o conhecimento dos profissionais sobre vacinação, de forma a contribuir na melhoria das taxas e consequentemente aumentar a proteção.

Os profissionais de saúde são a pedra basilar onde assenta uma população saudável. É importante não só ter um número adequado de recursos humanos, mas também que estes sejam saudáveis, de forma a garantir um serviço com qualidade e segurança, não só para os profissionais, mas também para a população atendida. A Saúde ocupacional (SO) é considerada pela DGS como uma área de intervenção que prioriza os locais de trabalho como lugares apropriados para promover a proteção e saúde dos trabalhadores, prevenindo os riscos profissionais e garantindo o acesso dos mesmos a serviços de saúde e segurança no trabalho(5).

Segundo a Ordem dos Enfermeiros (OE) o papel do enfermeiro de SO é fulcral para garantir o atendimento integral à pessoa, enquanto profissional a nível ocupacional. A área de intervenção do enfermeiro de SO centra-se no âmbito da promoção da saúde, proteção da doença, num papel de gestão

de cuidados e participação em investigação. Fazendo parte integrante da equipa de saúde, estes são um componente determinante na obtenção de ganhos em saúde, como na gestão do risco profissional através da diminuição de exposição a riscos, acidentes de trabalho e doenças profissionais(6).

O serviço de SO é também o responsável por verificar o estado vacinal adequado dos profissionais de saúde, e se necessário, de acordo com os riscos levantados, garantir o acesso a possíveis vacinas em falta ou desatualizadas (7).

O PNV é um programa universal e gratuito que permite proteger a população contra as doenças que podem potencialmente ser uma ameaça à saúde pública e individual (3). No caso específico dos profissionais de saúde, o PNV atualizado é fundamental e necessário, de forma a diminuir o risco de infeção e transmissão de doenças pelo contato direto entre profissionais e utentes. Nesse sentido é fundamental capacitar os profissionais de saúde para tomarem uma decisão consciente e informada sobre a importância da sua vacinação.

É fundamental refletir sobre a existência e importância de serviços de SO funcionais, e dos seus elos, dado que, para além do carácter obrigatório dos exames de SO, estes podem ser promotores e vetores de influência na saúde e bem-estar dos profissionais. Da mesma forma, analisar a perceção e os níveis de literacia dos profissionais de saúde para a vacinação recomendada pela DGS revelou-se uma motivação para a realização deste estudo. Assim, o objetivo do estudo foi avaliar o conhecimento dos profissionais de saúde de um ACeS do Sul de Portugal sobre SO e sobre as vacinas recomendadas para os profissionais de saúde.

O Serviço de SO do ACeS onde foi realizado este estudo referiu ter uma carência de recursos humanos e, tendo em conta o contexto pandémico atual, revelou a sua preocupação pelo estado de saúde dos seus profissionais, pelo foi de particular relevância realizar um diagnóstico sobre o estado vacinal dos trabalhadores e avaliar os níveis de conhecimento e literacia nesta matéria e, desta forma, contribuir para melhorar as taxas de adesão ao Programa Nacional de Vacinação, cujo cumprimento por parte dos profissionais de saúde é fundamental para a prevenção e promoção da saúde em contexto laboral.

METODOLOGIA

Estudo descritivo, transversal, com recurso a uma metodologia quantitativa, realizado num processo de amostragem por conveniência. Amostra constituída por 176 profissionais de saúde em contexto dos Cuidados de Saúde Primários, de diferentes grupos profissionais, distribuídos pelas 18 unidades funcionais do mesmo Agrupamento de Centros de Saúde.

População alvo, amostra e processo de amostragem

A colheita de dados foi realizada em contexto de CSP, em 18 unidades funcionais distribuídas por 7 concelhos, nos 7 Centros de Saúde (CS) que compõem o ACeS em estudo, numa extensão geográfica de mais de 2004 km². Inclui também a URAP, que conta com profissionais que exercem funções em diferentes unidades do mesmo ACeS. Constituem a população profissionais dos vários grupos, nomeadamente Assistentes Operacionais (AO), Enfermeiros, Médicos, Técnicos Superiores (TS) e Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica (TSDT).

Esta população tem um total de 370 profissionais de saúde, tendo sido verificado individualmente o estado vacinal à data do estudo. Deste total (n=370), 176 aderiram ao estudo através do preenchimento do questionário proposto, pelo que a amostra estudada corresponde a 47,6% da totalidade da população. Trata-se, portanto, de uma amostra não probabilística por conveniência, excluindo os que não manifestaram interesse em participar; os que não tivessem contacto direto com utentes (nomeadamente os que desempenham tarefas exclusivamente administrativas) e os profissionais com ausência prolongada por motivo de doença, durante a realização do estudo.

Instrumento de recolha de dados e pré-teste

A recolha de dados recaiu na aplicação de um questionário elaborado pelos investigadores, tendo por base uma revisão bibliográfica prévia. Foi efetuado um pré-teste do questionário entre 05 de fevereiro e 15 de fevereiro de 2021, que permitiu constatar a ausência de ambiguidade na interpretação das questões, não tendo necessitado de ajustes de forma e estrutura. Consequentemente, foi considerado adequado o instrumento (anexo), e procedeu-se à sua aplicação entre 20 de fevereiro e 01 de maio de 2021, num ACeS do Sul de Portugal

Este questionário é dividido em tres partes distintas: a primeira inclui caracterização e variáveis sociodemográficas; a segunda é composta por questões sobre o conhecimento dos profissionais de saúde acerca da Saúde Ocupacional e o Serviço de Saúde Ocupacional do ACeS, e a última parte integra questões específicas sobre as vacinas recomendadas pela DGS para os profissionais de saúde e sobre a sua motivação/intenção em serem vacinados contra a COVID-19.

Os dados sobre as taxas de vacinação destes profissionais foram obtidos através da verificação individual do estado vacinal de cada individuo da amostra, recorrendo ao eBoletim de Vacinas eletrónico da Plataforma Nacional de Registo e Gestão da vacinação, acedendo a mesma através do Registo de Saúde Eletrónico (RSE) de cada utente utilizado em Portugal pelo Sistema Nacional de Saúde.

Tratamento e apresentação dos dados

O tratamento e análise dos dados obtidos pela aplicação do questionário foi realizado com recurso ao programa estatístico Microsoft Excel, versão da Microsoft Office Professional Plus 2013.

Questões éticas

Foram cumpridos os princípios de acordo com a Declaração de Helsínquia de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos. O presente estudo foi aprovado pela Comissão de Ética para a Saúde da Administração Regional de Saúde (ARS) que inclui o ACeS em estudo, conforme o Parecer nº 25/2020 e autorizado pelo Conselho Diretivo da referida ARS e pelo Diretor Executivo do próprio ACeS. A recolha de dados foi realizada de forma a proteger a identificação dos participantes, através de uma codificação matricial, garantindo o sigilo, o respeito pela vida privada e pela confidencialidade das informações pessoais. Os participantes foram informados sobre o objetivo do estudo, tendo sido disponibilizada, em suporte de papel, uma declaração de consentimento informado, livre e esclarecido, assegurando o anonimato e a confidencialidade dos dados, tal como a possibilidade de desistir do estudo a qualquer momento sem qualquer consequência.

RESULTADOS

À data da realização do estudo as taxas de cobertura vacinal dos profissionais de saúde registadas pelo serviço de SO encontravam-se muito abaixo do objetivo proposto pelo serviço de SO do ACeS em estudo (atingir 95% nas vacinas recomendadas no PNV). De acordo com o Relatório de Atividades da ARS do ACeS, os CS que apresentam melhores taxas de vacinação dentro do ACeS são os que tiveram campanhas de vacinação realizadas pelo serviço de SO, com taxas acima dos 95% na vacina contra a Td e VASPR.

Da totalidade dos profissionais de saúde neste ACeS (n=370), 176 consentiram em participar, representando 45,6% da população. A grande maioria é representada pelo sexo feminino (78,1%) e as idades estão distribuídas na maior parte entre os 30 e 50 anos (62,5%).

O grau académico dos profissionais é maioritariamente Licenciatura (58,9%), no entanto também existem participantes com o grau de Mestre (13,1%) e Doutor (0,6%), sendo os restantes distribuídos em Ensino Básico, Secundário e Bacharel.

O grupo profissional predominante foi o de Enfermagem (56,2%), seguida de Assistentes Operacionais (18,9%), Médicos (17,8%), Técnico Superior de Diagnóstico e Terapêutica (5,30%) e Técnicos Superiores de Saúde (1,8%).

Questionados sobre os hábitos de procura de fontes de informação acerca da saúde em geral dos profissionais, e em que contexto foi realizada, 85,9% da amostra responde afirmativamente em relação à procura de informação sobre saúde em geral. Perante a questão de escolha múltipla sobre a(s) fonte(s) de informação privilegiada(s), onde os inquiridos puderam selecionar mais que uma fonte de informação, foi possível identificar que apenas 60% dos profissionais de saúde referem como fonte de informação os sites oficiais como os da DGS e Organização Mundial da Saúde e 43,5% respondeu realizar pesquisa em bases de dados e revistas científicas. Das restantes fontes de informação, os inquiridos referem recorrer a jornais (9,6%), outras fontes (9%) e a redes sociais (21,5%).

Relativamente a informação sobre a existência de formação prévia sobre vacinas dos profissionais assim como o contexto onde foram realizadas, 64,4% admitem ter recebido formação ou informação sobre vacinação. Destes, 25,7% afirmaram ter recebido formação ou informação em serviço; 33,1% através da informação recebida dos superiores hierárquicos; 20,3% refere ter recebido informação em campanhas de vacinação para profissionais de saúde e 12,20 % dos inquiridos afirma ter recebido formação ou informação em contexto de consulta de SO. Os resultados obtidos parecem apontar para uma escassez de ações de formação sobre vacinação profissional e a baixa influência do Serviço de SO do ACeS em estudo numa área basilar como é a promoção da vacinação dos profissionais.

Relativamente a Dimensão da vacinação recomendada para os profissionais de saúde, tal como referido anteriormente, é fulcral o cumprimento do PNV, nomeadamente as vacinas recomendadas para os profissionais de saúde (Td, VASPR, VHB e VAP) e, para além do PNV, a da gripe sazonal e, no atual contexto pandémico, contra a Covid-19 (Primo vacinação e reforços).

Neste sentido, foi avaliado o conhecimento dos profissionais acerca de quais são as vacinas recomendadas assim como a intenção de vacinação contra a Covid-19: 87% dos inquiridos afirmou conhecer as vacinas recomendadas.

Para validar os conhecimentos sobre a vacinação recomendada para profissionais de saúde, além das vacinas recomendadas para os profissionais de saúde no PNV, foram incluídas no questionário, como possíveis respostas, a vacina contra a Hepatite A e outras vacinas, não estando estas opções incluídas na recomendação do PNV para os profissionais de saúde. Estas duas opções, não incluídas no PNV recomendado, foram selecionadas por 9,4% e 8,8% dos participantes, respetivamente. Ainda em relação à vacinação recomendada para profissionais de saúde, 16% dos profissionais assinalaram, como resposta única, a vacina contra o Tétano e Difteria, revelando que, apesar dos profissionais afirmarem conhecer as vacinas recomendadas, existe um conhecimento parcial ou inadequado.

Durante o período em que decorreu este estudo, a Unidade de Saúde Pública do ACeS e o Serviço de SO encontravam-se na fase 1 de vacinação contra a Covid-19, pelo que se tornava imprescindível colocar a questão sobre a intenção de adesão à vacinação contra a Covid aos profissionais, existindo ainda muitas dúvidas perante a situação, 82,2% afirmaram querer aderir a mesma.

Foram também colocadas questões sobre o cumprimento do plano de vacinação para os profissionais de saúde e se o profissional considerava ter as vacinas atualizadas e registadas (no caso de não ter a vacinação atualizada, foi aferido o motivo e a existência, ou não, de recusa formal registada na Plataforma Nacional de Registo e Gestão da Vacinação VACINAS. Do tratamento e análise dos dados sobressai que 82,2% dos inquiridos afirma ter a vacinação atualizada, mas apenas 29,5% identificaram no questionário as vacinas contra Td, VASPR e VHB como as recomendadas para profissionais de saúde. Este dado permite afirmar que o cumprimento do calendário de vacinação não corresponde à realidade, mas sim à perceção do trabalhador, revelando, um défice de conhecimento sobre as vacinas recomendadas para os profissionais de saúde.

Dos 17,8% que admite não ter as vacinas em dia, 41,8% afirma que o motivo principal indicado foi o receio das reações adversas, mas destes apenas 26,1% tem registada oficialmente a recusa da vacinação no eBoletim digital de vacinação.

DISCUSSÃO

A análise dos dados permitiu verificar que existe uma relação entre a falta de conhecimento dos profissionais de saúde em relação à saúde ocupacional e a vacinação recomendada para estes. Este fato pode-se atribuir ao pouco contato entre estes profissionais e o serviço de SO do ACeS, provocado essencialmente pela falta de recursos humanos que intervém diretamente com os profissionais em contexto laboral. A reduzida percentagem de profissionais com consultas de saúde ocupacional, assim como a falta de formação sobre vacinação para os profissionais, ocorre concomitantemente com a baixa adesão à vacinação.

Como é descrito em 2020 por Villena & Moreno, os profissionais de saúde são dos grupos profissionais onde surgem mais casos de doenças evitáveis pela vacinação pelo que verificar o seu estado vacinal, informar das vacinas em falta para prevenir doenças, vacinando se necessário, torna-se fundamental para promover a saúde dos profissionais expostos aos riscos (8). Em Portugal, nas entidades empregadoras, essa função fundamental recai sobre os serviços de SO que devem promover a saúde dos trabalhadores nos locais do trabalho, sendo estes locais adequados para o efeito(7). Seguindo esta linha de pensamento, o ACeS em estudo poderá otimizar a promoção de saúde dos profissionais, mediante estratégias de comunicação interna e promoção da vacinação, embora o difícil acesso e/ou uma baixa adesão a consultas de SO se torne um desafio.

Durante a pandemia os sistemas de saúde foram submetidos a grande pressão e, nesta fase, a exposição a riscos acrescidos, com diferentes consequências para a sua saúde física e mental(9), o que reflete a importância de valorizar o estado de saúde dos profissionais, de forma a promover a sua motivação e bem-estar.

Os efeitos da pandemia podem ter influenciado a escassez de recursos humanos detetada neste estudo, no entanto, como o referido por Silva e Valente, uma vez detetados os problemas de saúde dos profissionais e os fatores de risco existentes no local de trabalho, é possível realizar ações que gerem mudanças no sentido dos trabalhadores apropriarem-se de conhecimento e consequentemente, crescerem como profissionais de forma a tornar o seu trabalho mais seguro e saudável(10). Assim, deve-se intervir e informar o profissional para que este possa identificar o serviço de SO, como aceder ao mesmo, e fundamentalmente conhecer as vacinas recomendadas e a sua importância, potenciando escolhas conscientes e informadas.

A prevenção prevalece sempre perante o tratamento de uma doença, possibilitando dessa forma complicações associadas às mesmas(11) e promove ambientes de trabalho saudáveis, reforçando o vínculo entre os profissionais e a entidade patronal, reduzindo o absentismo e aumentando a motivação para desenvolver as diferentes atividades e tarefas profissionais(12).

Tejada-Pérez et.al descrevem que o Serviço de SO deve fornecer informação fidedigna aos profissionais sobre a importância da vacinação para fazer frente e combater a desinformação proveniente da comunidade e comunicação social, mostrando ao trabalhador que a melhor maneira de combater doenças é mediante a vacinação(11). Esta afirmação descrita enquadra-se na vacinação em geral, mas durante a fase do estudo encaixou na perfeição com a realidade experienciada na promoção da vacina para combater a Covid-19, produto que pela sua precocidade na produção e sobretudo pelo excesso de informação na comunicação social, intervenções de movimentos anti vacinas e falta de esclarecimento das entidades responsáveis, provocou muitas dúvidas nos profissionais que, na opinião dos investigadores, poderiam ser resolvidas em grande parte por um serviço de SO eficaz e acessível, para que estes possam fazer uma escolha consciente e informada sobre o que é mais vantajoso.

CONCLUSÕES

Os resultados obtidos demonstram que, apesar da amostra ser constituída maioritariamente por profissionais com habilitações literárias superiores e que procuram informação complementar com recurso a fontes oficiais fidedignas, como a OMS e DGS, ainda se identificaram lacunas a nível dos

conhecimentos sobre quais as vacinas recomendadas pelo PNV para profissionais de saúde e a consequente não adesão.

Este estudo permitiu também perceber que o Serviço de SO tem uma considerável área geográfica de abrangência e um grande número de profissionais, pelo que, tendo em conta os recursos humanos disponíveis no SO do ACeS, limita a capacidade de resposta às necessidades, pelo que se torna necessário definir estratégias mais efetivas na promoção da vacinação profissional.

O significativo número de profissionais que admitiram recusar a vacinação na primeira fase da campanha de vacinação para a COVID-19, poderia indiciar um nível baixo de literacia sobre o assunto que, posteriormente, foi melhorada com ações de promoção e informação promovidas pela Unidade de Saúde Pública do ACeS.

A principal problemática parece ser o pouco acesso a consultas de SO, que poderá influenciar a insuficiente taxa de cobertura vacinal de vacinas do PNV. Através da análise dos dados ficou evidenciada a pertinência de projetos de intervenção dirigidos aos profissionais de saúde, promovendo a literacia em saúde e a cidadania, através de ações de formação e informação, apresentando o serviço de SO e o seu elo na USP do ACeS e fomentar a adesão à vacinação em geral como forma de proteção individual e coletiva, considerada a melhor estratégia para prevenir doenças, evitáveis, exponencialmente perigosas e transmissíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Ministério da Saúde. Retrato da Saúde 2018. Lisboa: Ministério da Saúde. 2018: 1–13.
2. World Health Organization. WHO Global Plan of Action on Workers' Health (2008-2017): Baseline for implementation. World Heal Organ. 2013;1–46.
3. Direção-Geral da Saúde. Programa nacional de vacinação 2020 [Internet]. Lisboa; 2020. Available from: <https://www.ordemenfermeiros.pt/media/20070/pnv-2020-set-2020.pdf>
4. www.polioeradication.org [Internet]. 2022 [cited 2022 Oct 10]. Available from: <https://polioeradication.org/polio-today/>
5. Nogueira J, Moreira S. Programa Nacional de Saúde Ocupacional (PNSOC) Relatório Final do 2º ciclo 2013/2017 [Internet]. Lisboa; 2018. Available from: https://www.dgs.pt/saude-ocupacional/documentos-so/pnsoc_relatorio-final_2018-pdf.aspx
6. Organização Mundial da Saúde. O Enfermeiro do Trabalho na Gestão em Saúde Ocupacional [Internet]. Ordem dos. Lisboa: Ordem dos Enfermeiros; 2001: 1-55. Available from: http://www.ordemenfermeiros.pt/publicacoes/documents/livroenfermagemtrabalhooms_vfinal_proteg.pdf
7. Direção-Geral da Saúde. Programa Nacional de Saúde Ocupacional. Direção-Geral da Saúde [Internet]. 2020; Available from: <https://www.dgs.pt/saude-ocupacional/organizacao-de-servicos-de-saude-do-trabalho/requisitos-de-organizacao-e-funcionamento/atividades/gestao-do-risco-profissional.aspx>
8. Moreno G, Villena R. Vacunas en salud laboral... una oportunidad para prevenir e invertir en salud. Revista Médica Clínica Las Condes [Internet]. 2020;31(3):287–303. Available from: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0716864020300456>
9. Alberto C, Castelo F, Carvalheira M, Capucho P. COVID 19 e os constrangimentos do mundo do trabalho dos profissionais de saúde: Contributos para a revisão da literatura. Desenvolvimento e Sociedade [Internet]. 2021(10): 1–18. Available from: [https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/31281/1/COVID 19 e os constrangimentos do mundo do trabalho 2021.pdf](https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/31281/1/COVID%2019%20e%20os%20constrangimentos%20do%20mundo%20do%20trabalho%202021.pdf)
10. Silva R, Valente G, Camacho A. O gerenciamento de risco no Âmbito da Saúde de Profissionais de enfermagem no contexto hospitalar. Revista Brasileira de Enfermagem [Internet]. 2021; 73(6):103–120. Available from: https://www.scielo.br/pdf/reben/v73n6/pt_0034-7167-reben-73-06-e20190303.pdf

11. Tejada J, Vázquez-Vicente J, Martín-Martín F, Herrera-Burgos M, Molina-Díaz J, Lucerna-Méndez M. Vacunación en el personal sanitario como medida preventiva frente al riesgo biológico y la desinformación. *Revista Española de Comunicación En Salud*. 2020;11(1): 44–52.
12. Duque K. Rol del profesional de enfermería en seguridad y salud en el trabajo, innovando en el cuidado. 2019;61. Available from: [https://repository.udca.edu.co/bitstream/11158/1668/1/Rol del profesional de enfermería UDCA Karen Duque.pdf](https://repository.udca.edu.co/bitstream/11158/1668/1/Rol%20del%20profesional%20de%20enfermeria%20UDCA%20Karen%20Duque.pdf)

(1)Sergio Pastrana

Enfermeiro e Mestre em Enfermagem com área de Especialização em Saúde Comunitária e Saúde Pública, exerce funções no Serviço de Saúde Ocupacional do Centro Hospitalar Universitário do Algarve. MORADA para correspondência dos leitores: Urbanização Horta de São Pedro, Rua Francisco Alvo, Lote 5 3 dto 8500-759 Portimão. E-MAIL: sergio.pastrana@chalgarve.min-saude.pt

-CONTRIBUIÇÃO PARA O ARTIGO: Conceptualização; Metodologia; Recolha, tratamento e análise de dados; Preparação do rascunho original; Redação, Revisão e Edição.

(2)Isaura Serra

Enfermeira Especialista em Enfermagem Comunitária, vertente Saúde do Idoso; Mestre em Intervenção Sócio Organizacional na Saúde, com área de especialização em Políticas de Gestão e Administração de Serviços de Saúde; Pós Graduada em Intervenção em Feridas; Formação Avançada em Cuidados Paliativos; detentora do título de Especialista na área de Enfermagem para a docência e aceite como Especialista de Mérito Reconhecido pelo Conselho Técnico-Científico da Escola Superior de Enfermagem de S. João de Deus da Universidade de Évora; professora adjunta na Escola Superior de Enfermagem S. João de Deus da Universidade de Évora (ESESJD/UÉ) desde 2012. É membro do Conselho Técnico-Científico da ESESJD/UÉ; Adjunta do Departamento de Enfermagem da Universidade de Évora; Vice-presidente da Assembleia de Escola da ESESJD/UÉ; membro do Conselho Pedagógico da ESESJD/UÉ e membro do Conselho Geral da Universidade de Évora. 7040-048 Évora. E-MAIL: iserra@uevora.pt. Nº ORCID: 0000-0002-1225-6631

CONTRIBUIÇÃO PARA O ARTIGO: Conceptualização; Metodologia; Análise de dados; Redação, Revisão e Edição.